

FINANÇAS PÚBLICAS

- **Instituição do PPAG para o quadriênio 2016-2019 – Lei nº 21.968, de 14/1/2016**

Ementa: Institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2016-2019 – PPAG 2016-2019.

Origem: Projeto de Lei nº 2.937, de autoria do governador do Estado.

O Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – sistematiza todos os projetos e atividades que o governo pretende desenvolver para, em um período de quatro anos, entregar à sociedade ou à própria administração pública um determinado produto – bens, serviços ou transferências financeiras –, com os respectivos quantitativos físicos e financeiros e regiões a serem beneficiadas. Assim, a lei em pauta institui o PPAG para o próximo quadriênio, qual seja 2016 a 2019.

O PPAG 2016-2019 contempla uma carteira de 216 programas e 953 ações, sendo que 177 são ações de acompanhamento prioritário, ou seja, as ações com destaque na atuação estratégica do governo e das quais se esperam os maiores impactos. No tocante ao planejamento para o exercício financeiro de 2016, a lei prevê o montante de recursos de R\$ 97.845.519.217 (noventa e sete bilhões oitocentos e quarenta e cinco milhões quinhentos e dezenove mil duzentos e dezessete reais), o que representa, em valores nominais, um aumento de 7,5% em relação ao previsto para 2015. Outra peculiaridade dessa lei foi a realização dos fóruns regionais, espaços em que se reuniram a sociedade civil e os representantes dos governos no intuito de debater as políticas públicas, garantindo a efetiva participação popular no planejamento do Estado. A instalação dos fóruns regionais levou em consideração a grande extensão territorial de Minas Gerais e também as diferentes e desafiadoras realidades de cada região, o que ensejou a criação de 17 territórios de desenvolvimento.

A Assembleia Legislativa promoveu audiências públicas por meio da Comissão de Participação Popular, o que garantiu a colaboração efetiva da sociedade na construção desse novo planejamento das políticas públicas do Estado. Desse processo resultaram 255 sugestões populares, que, após análise da Comissão de Participação Popular, foram transformadas em 67 Propostas de Ação Legislativa acolhidas na forma de 94 emendas ao Projeto de Lei do PPAG 2016-2019, 39 emendas ao Projeto de Lei Orçamentária – LOA –,

uma emenda ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e 158 requerimentos ao governo do Estado com pedidos de providências ou solicitações de informações relativas à execução das políticas públicas estaduais.

GCT/GFO/MEC/Rev